

**ILUSTRÍSSIMA PREGOEIRA DA VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.,**

Ref.: Processo licitatório nº 51402. 100802/2014-31

Edital de Pregão Eletrônico nº 08/2015

UASG: 275075

**GLOBALSAT BRASIL LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.283.712/0001-72, com sede na Rua João Wyclif, 111, Sala 2511, Centro Empresarial Jardim, Gleba Palhano, Londrina - PR, por seu representante legal, que subscreve, vem com o devido acato e respeito perante Vossa Senhoria, com fulcro no art. 4º, inciso VIII da Lei Federal nº 10.520 de 2002, tempestivamente, interpor estas

## CONTRARRAZÕES

Ao inconsistente recurso apresentado pelas empresas **PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA e TESACOM DO BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA**, perante essa distinta e respeitável administração que de forma absolutamente brilhante e em defesa dos interesses da Administração Pública havia habilitado a RECORRIDA, pelas razões de fato e de direito a seguir expendidas:

### I – DOS FATOS

O edital supra mencionado diz respeito a contratação de empresa especializada para o fornecimento e implantação de solução de comunicação utilizando tecnologia de comunicação híbrida (via satélite e telefonia móvel) que possibilite a realização da operação ferroviária da VALEC, no trecho Anápolis/Go – Palmas/TO, na modalidade de serviço (locação, transmissão e software como serviço SaaS – Software as a Service – Software como Serviço)

A empresa GLOBALSAT BRASIL LTDA - ME (RECORRIDA) é uma empresa séria e, como tal, preparou documentação e proposta que atendem plenamente as necessidades da Administração Pública, por conseguinte tornando-se a licitante mais bem classificada.

Contudo, as RECORRENTES, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentaram um recurso absurdo, ensejando um julgamento desconsiderador das leis e princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.

Em síntese apertada alegam as RECORRENTES, conforme motivação registrada no sítio <http://comprasnet.gov.br>:

**Motivo Intenção:** TESACOM DO BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 07.984.195/0001-09, vem, através deste, manifestar interesse de apresentar intenção de recurso, de acordo com os motivos citados abaixo: 1. O teste parcial realizado não cumpre 100% do sistema híbrido solicitado pela VALEC, não cumprindo com o objeto de contrato 2. Atestado de Capacidade Técnica da vencedora não reflete o objeto de contratação, o atestado não mostra a solução híbrida de comunicação

**Motivo Intenção:** PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA, CNPJ 15.700.436/0001-63, vem manifestar interesse de apresentar intenção de recurso, pelos seguintes motivos: a) A não observância ao princípio da Isonomia. b) Desclassificação da PRINTSTEL baseado em relatório de testes (fundamentos técnico e provas técnicas) c) Atestado de Capacidade Técnica da vencedora não reflete a realidade, documento apócrifo, solução apresentada no teste incompleta e relatório de testes suspensivo. d) Saneamento de vícios.

No entanto, as RECORRENTES carecem de supedâneo fático e legal que sustentem as argumentações aduzidas em suas razões recursais, conforme demonstraremos ao longo desta exordial.

Ademais, as RECORRENTES tentam induzir esta Douta Administração, com interpretações completamente subjetivas e infundadas, que os atestados de capacitação técnica foram apresentados em discordância ao objeto deste certame e que o teste realizado, conforme disciplinado no instrumento convocatório demonstrou-se incompleto.

Ora! Nobre Pregoeira, com máxima vênica, não pode esta respeitável Administração ter o mesmo entendimento que as empresas RECORRENTES e agir de forma tão egoísta de modo a inabilitar a RECORRIDA com base em argumentações infundadas, motivadas claramente pela frustração de ter perdido a disputa, sobretudo no caso do Pregão, no qual já se sabemos que a proposta da RECORRIDA detém a oferta mais vantajosa e plenamente capaz de atender finalidades desta licitação.

Portanto, demonstraremos que os argumentos suscitados não são motivos que justificam a inabilitação da RECORRIDA e manter a decisão proferida pela nobre e respeitável Pregoeira é a escolha mais sensata, assertiva e correta. É o que se espera da Administração, eis que esta deve agir sempre pautada à legalidade e em defesa do interesse Público.

## II – DA PRELIMINAR DE INCOMPATIBILIDADE DO CONTEÚDO DAS RAZÕES RECURSAIS

Preliminarmente, cumpre esclarecer que ambas as RECORENTES trazem fatos novos nas razões recursais que não foram apontados em momento oportuno, ou seja, se pretendiam argumentar sobre o benefício do empate ficto concedido a RECORRIDA, e diga -se de passagem de forma correta, deveriam ter apontado previamente.

Insta frisarmos que não existe letra morta no ordenamento jurídico pátrio, ainda mais quando assunto envolve atos da Administração Pública que estão estritamente vinculados ao Princípio da Legalidade. Destarte cumpre elucidarmos o que disciplinou o ordenamento jurídico pátrio. A Lei Federal nº 10.520/2002 que disciplina a modalidade Pregão em seu artigo 4º, inciso XVIII estabelece:

“XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;” (Grifo, negrito e destaque nosso)

Conforme o dispositivo supra mencionado, a intenção de recorrer deve ser imediata e **“MOTIVADAMENTE”**. Destarte conclui-se que, por óbvio, a intenção do legislador foi de que os motivos alegados na intenção do recurso fossem justificados nas razões

recursais, pois a revés não faria nenhum sentido no plano jurídico a existência de um dispositivo com o enunciado transcrito.

Com sapiência e maestria o brilhante doutrinador Marçal Justen Filho nos ensina a respeito:

“A necessidade de interposição motivada do recurso propicia problema prático, atinente ao conteúdo das razões. Suponha-se que o interessado fundamente seu recurso em determinado tópico e verifique, posteriormente, a existência de defeito de outra ordem. **Não se poderia admitir a ausência de consonância entre a motivação invocada por ocasião da interposição e da apresentação do recurso.**” (Justen Filho, Marçal. Pregão. [Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico], 6ª Ed., São Paulo: Dialética, 2013. Pág. 217) (Grifo, negrito e destaque nosso)

Destarte, nobre Pregoeira veja que a legislação e o entendimento doutrinário demonstram que **DEVE EXISTIR** compatibilidade dos conteúdos das razões com a interposição motivada do recurso.

Corroborando ao entendimento o renomado mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes sustenta:

“As **razões do recurso devem guardar estrita conformidade com a motivação apresentada na sessão** e ofertada no prazo de três dias” (FERNANDES, J. U. Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico. 3. ed. rev., atual. E ampl. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2009. pg. 608) (Grifo, negrito e destaque nosso)

**Portanto evidenciando que as razões apresentadas pela RECORRENTE sequer devem ser apreciadas por esta nobre Pregoeira, eis que não**

**guardam conformidade e compatibilidade com a imediata e motivada intenção de recorrer, preconizada no artigo 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/2002.**

Contudo, mesmo não se tratando de uma questão de mérito que deva ser apreciada por esta nobre Pregoeira consideramos importante pontuar que o benefício concedido está consoante ao que foi disciplinado pelo legislador, bem como a acertada decisão desta respeitável Pregoeira.

Assim, diferentemente das RECORRENTES, mister aclarar com supedâneo fático e legal o que disciplinou a Lei Complementar nº 123/2006 ao rezar sobre o benefício em comento.

Veja o que estabelece a Lei Complementar nº123 de 2006:

“Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.”  
(grifo, negrito e destaque nosso)

Mister salientar que no empate “ficto” existe variação na porcentagem, quando a proposta de ME ou EPP estiver acima da melhor proposta, sendo assim nas modalidades convencionais as propostas superiores em até 10% e no pregão superiores até 5%.

O momento para usufruir do benefício será quando declarado o vencedor do certame a proposta da ME ou EPP estiver nos moldes mencionado, quando então poderá apresentar proposta inferior àquela considerada a vencedora.

Isto posto, argumentam as RECORRENTES que a RECORRIDA teve oportunidade de gozar do benefício em três momentos, algo que segundo eles, sem qualquer fundamento legal, doutrinário ou jurisprudencial não é permitido. **Ora! Nobre Pregoeira, com máxima vênia, como é possível alguém suscitar ilegalidade do ato emanado por esta respeitável Pregoeira sem qualquer fundamento que o sustente?** Preferimos acreditar que trata-se de profundo desconhecimento sobre as regras disciplinadas em lei e no próprio instrumento convocatório e não uma artimanha para confundir vossa senhoria sobre a fruição do desempate para às Micros e Pequenas empresas, pois veja o que regrou o edital:

10.8.2 Nessas condições, **as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.**

10.8.3 A melhor classificada nos termos do item anterior **terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto. (Grifo e destaque nosso)

Conforme transcrição acima basta uma simples interpretação literal para compreender o ocorrido, pois existiram em três momentos a possibilidade do desempate das propostas nos moldes da lei e do que foi regrado no edital. Explicamos:

A empresa ONIX RESTREAMENTO DE VEÍCULOS LTDA apresentou o melhor lance, assim sendo considerada a empresa vencedora, contudo a proposta da RECORRIDA, uma Micro Empresa, estava dentro da margem dos 5% portanto sendo considerado empate ficto mas optou por não usufruir do benefício. Ocorre que a empresa ONIX foi inabilitada por não realizar o teste previsto no instrumento convocatório.

Assim, a RECORRENTE (PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA) passou ao status de empresa vencedora, contudo a proposta da RECORRIDA continuava dentro da margem dos 5% caracterizando o empate ficto tendo novamente a oportunidade de gozar do benefício legalmente previsto e mais uma vez declinou. Ocorre que a RECORRENTE (PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA) também foi inabilitada, por não atender o nível mínimo de efetividade da comunicação de 99% conforme exigido no item 13.4 do Edital e Relatório Técnico disponibilizado no site da VALEC.

Por conseguinte passou a RECORRENTE (TESACOM DO BRASIL COMUNICACOES LTDA) ao status de empresa vencedora, porém a proposta da RECORRIDA ainda estava dentro da margem dos 5% caracterizando o empate ficto novamente e nesta oportunidade houve o interesse em usufruir o benefício, assim ofertando lance R\$ 1,00 (um real) menor do que a proposta até então considerada vencedora, dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, o que consequentemente tornou a proposta da RECORRIDA vencedora.

### **Máxima vênia! O que há de ilegal no ato em questão?**

Respondemos! Nobre Pregoeira, não há uma ilegalidade sequer, há o claro intuito das RECORRENTES em tumultuar o certame com alegações sem fundamentos! O rito *in casu* obedeceu categoricamente o que preconizou o art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como a cláusula 10.8.2 e 10.8.3 do edital.

É sabido que a Lei Complementar nº 123 de 2006, trouxe em seu bojo benefícios as Micros e Pequenas empresas, com objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte são frágeis frente às empresas de grande porte. Desta feita, não há que falar-se em violação do princípio da isonomia nem na ilegalidade da interpretação da respeitável Pregoeira, haja vista que os desiguais devem ser tratados desigualmente e a interpretação do benefício deu-se acertadamente, atingindo o real objetivo que é impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

**A própria Constituição Federal** em seu artigo 170, inciso IX, **determina que deve existir tratamento privilegiado para as empresas de pequeno porte,** nos termos:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País”

Portanto, restando evidenciado que a fruição do direito de preferência encontra respaldo suficiente para sua plena efetividade, eis que ocorreu consoante ao ordenamento jurídico pátrio, assim como os princípios basilares da Legalidade, Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório e Julgamento Objetivo inerentes ao processo licitatório.

### **III – DO DIREITO**

#### **III. a) - Das Alegações da RECORRENTE TESACOM DO BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA**

Em resumo aduz a RECORRENTE que:

1. Houve Violação ao edital em relação ao local de realização dos testes, onde preconizou: “em local definido aleatoriamente no dia da realização dos testes”;
2. Irregularidade do atestado emitido pela KOMATSU e Declaração de Apoio da COBHAM;

3. Irregularidade ao conceder o benefício do empate ficto por três vezes à RECORRIDA; e
4. Irregularidade nos testes, sob o argumento que foi apenas disponibilizado a conexão ponto a ponto de conversação da sala da VALEC para a unidade móvel na ferrovia.

E requer por fim:

- Anulação do processo licitatório ou que sejam efetuados novos testes com pontos definidos aleatoriamente no dia da apresentação como determina o Edital;
- Que a GLOBALSAT seja desclassificada por não atender as exigências de apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e ter juntado um documento sem a autorização de direito de quem detêm o poder legal para isso;
- Que caso o entendimento do empate ficto seja mantido da forma como foi aplicado que se recorra ao Tribunal de Contas da União ou ao Ministério Público Federal para dirimir eventual dúvida ou ter um parecer da instância fiscalizadora dos órgãos federais.

Pelo que foi acima exposto, passamos a esclarecer todos os tópicos.

Com relação ao local definido aleatoriamente em nenhum momento houve previsão que seria realizado em local distinto do primeiro teste no caso de algum licitante ser reprovado, como ocorreu *in casu*.

O que a RECORRENTE busca é, claramente, uma interpretação formal completamente inútil, pois é óbvio que o item em comento, ao ser redigido, pretendia preservar a conveniência da Administração.

Inimaginável pensar que a cada reprovação de alguma empresa licitante deveria esta Administração mobilizar todo equipamento e todos responsáveis e profissionais envolvidos para local distinto para que houvesse uma competição igualitária. Neste caso vale o ensinamento do saudoso Mestre Hely Lopes Meirelles ao lecionar que “TODAS AS EXIGÊNCIAS FORMAIS CARACTERIZÁVEIS COMO DESNECESSÁRIAS, EXCESSIVAS OU INÚTEIS DEVEM SER PROSCRITAS.”

Ademais, o teste no mesmo local contribuiu para um tratamento igualitário e isonômico, já que as dificuldades enfrentadas foram as mesmas entre ambos os licitantes, ainda mais tratando-se de testes de telecomunicação via satélite, em que os locais de realização não possuem nenhuma relevância, senão o conhecimento logístico para saber como chegar ao local dos testes. Qualquer profissional do ramo, inclusive a RECORRENTE, sabe que em nada influencia saber previamente o local de realização.

Forçoso lembrar, ainda, que todos licitantes sabiam onde seriam realizados os testes pois o edital assim disciplinou:

“13.2 Para tanto, a licitante deverá:

a) Instalar os equipamentos de bordo por pessoal especializado da própria licitante em veículo ferroviário definido, disponibilizado e conduzido por operador da VALEC, que percorrerá 100 km na Ferrovia Norte Sul (trecho Anápolis/GO – Porto Nacional/TO) ...”.

Quanto a irregularidade do atestado emitido pela KOMATSU trata-se de uma alegação ardil e caluniosa da RECORRENTE, uma vez que lança ao ar, sem quaisquer provas, que o documento apresentado é falso, eis que não tem compatibilidade como o objeto da licitação.

Urge explicar que o equipamento veicular de comunicação via satélite utilizado pela KOMATSU, é exatamente o mesmo modelo que será utilizado pela VALEC, trata-se do equipamento BGAN Explorer 325 fabricado pela COBHAM (Manual do equipamento de instalação e do usuário em anexo, DOC I e DOC II). Esse equipamento oferece um link de dados com uma largura de banda aproximada de 500 Kbps e também um circuito comutado com uma linha telefônica. O serviço de link de dados que a Komatsu utiliza neste equipamento, é o mesmo serviço que a VALEC utilizará em sua solução, onde utilizará de um link de dados para transmitir voz por IP, tecnologia conhecida como VoIP (Voz sobre IP). Note que a tarifação da solução em ambos os casos é sempre em Mega Bytes trafegados, indicando mais uma vez que a solução é de link de dados em ambos os casos, se fosse um circuito comutado de voz a tarifação seria em Minutos Falados. O serviço utilizado em ambos os caso é um link de dados, tarifado em Mega Bytes, a única diferença se dá no tipo de conteúdo trafegado.

A respeito dos dados serem entregues fora do País é uma escolha do cliente, pois existe flexibilidade de escolha onde o cliente faz a opção de onde os dados serão roteados, sempre de forma segura e confiável.

Isto aclarado convém colocarmos à disposição da Nobre Pregoeira para esclarecer qualquer dúvida que tenha a respeito atestado, até porque, é cediço que a Administração Pública tem total e ampla liberdade para, a qualquer momento, diligenciar os documentos apresentados pelos licitantes no intuito de esclarecer ou complementar dúvidas, conforme estabelece o § 3º do artigo 43 da Lei 8666/93, *in verbis*:

“§ 3º **É FACULTADA À COMISSÃO OU AUTORIDADE SUPERIOR, EM QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO, A PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU A COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.” (Grifo, negrito e destaque nosso)

Em relação a declaração de apoio emitido pela COBHAM trata-se de um documento que não foi solicitado no instrumento convocatório, portanto jamais serviria como fundamento para inabilitação da RECORRIDA, no entanto a RECORRIADA julgou de bom tom apresentá-lo para demonstrar a esta douta Administração que o próprio fabricante do equipamento demonstrou-se integralmente solidário ao oferecer todo e qualquer suporte necessário para garantir o perfeito funcionamento do equipamento que será fornecido. Demonstrando todo zelo e empenho da RECORRIDA em contribuir ao pleno atendimento das necessidades desta respeitável Administração.

**Todavia, novamente, em uma atitude reprovável da RECORRENTE há uma clara inversão de valores!**

Mais uma vez de forma ardil e caluniosa coloca em cheque a veracidade do documento ao tentar induzir a nobre Pregoeira a acreditar que o Sr. Jesús Valentín Alegria não tem poderes para tanto.

Urge registrar que esse tipo de alegação, jogadas ao vento, sem provas, sem respaldo e que possuem apenas o intuito de confundir a nobre Pregoeira é um ato repugnante, até porque coloca em xeque a reputação da RECORRIDA, eis que é caracterizado crime de fraude à licitação o uso de documento falso.

**Jamais a RECORRIDA macularia sua imagem frente a está respeitável Administração e ao espaço que conquistou no mercado!**

A RECORRIDA (Globalsat do Brasil Ltda ME) é parte integrante do maior grupo de telecomunicações móveis por satélite (Globalsat Group) e é uma empresa sólida no ramo de telecomunicações via satélite. O Grupo Globalsat foi o primeiro a oferecer soluções Inmarsat na América Latina.

Dito isto, diferentemente da RECORRENTE juntamos documentos verossímeis, em anexo (DOC III e DOC IV), os quais comprovam que o Sr. Jesús Valentín

Alegria tem plenos poderes para responder perante os parceiros brasileiros da COBHAM SATCOM.

Ademais advertimos a RECORRENTE que acusar a prática de crime sem provas constitui conduta criminosa, tipificado no cód. Penal, mais precisamente em seu art. 138 como crime contra honra, conhecido popularmente como calúnia. *In verbis*:

**“Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:”**

Assim estando a RECORRENTE sujeita de responder nas esferas civil, penal e Administrativa pelas alegações FALSAS ardilosamente suscitadas neste processo licitatório!

No que tange a alegação de Irregularidade ao conceder o benefício do empate ficto por três vezes à RECORRIDA, o tema já foi elucidado no tópico II desta exordial e reforçamos não encontra nenhum supedâneo fático ou legal que sustente alguma irregularidade.

Já a alegação de irregularidade nos testes, sob o argumento que foi apenas disponibilizada a conexão ponto a ponto de conversação da sala da VALEC para a unidade móvel na ferrovia é completamente desarrazoada, o que a RECORRENTE pretende é que esta respeitável administração desconsidere as regras impostas no instrumento convocatório, eis que regrou o seguinte:

“13.3 Para avaliação da solução, o veículo ferroviário circulará por 100 km na Ferrovia Norte Sul, realizando uma conversação utilizando o próprio equipamento instalado no veículo ferroviário com a central disponibilizada pela própria licitante, a cada quilômetro.

**13.4 Será considerada aprovada a solução que apresentar 99% de efetividade da comunicação, conforme exigido no item 22.5 do Termo de Referência, ao longo dos 100km percorridos. Ou seja, devem ser entendidas claramente e completamente 99 de 100 conversações que serão realizadas ao longo do percurso.**” (Grifo e negrito nosso)

Veja nobre Pregoeira que a única obrigação neste momento é estabelecer um canal de comunicação entre o veículo RODOFERROVIARIO E/OU TREM e a SEDE da VALEC.

Nesta esteira um dos princípios basilares da licitação pública é o critério de julgamento objetivo, eis que é extremamente necessário para estabelecer parâmetros concretos e precisos, no instrumento convocatório, objetivando afastar quaisquer subjetivismos.

O princípio do julgamento objetivo está preconizado nos arts. 44 e 45 da Lei nº 8666/93, ao estabelecer respectivamente:

“Art. 44. **No julgamento** das propostas, **a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital** ou convite, os quais **não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.**”

“Art. 45. **O julgamento** das propostas **será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os** tipos de licitação, **os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório** e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.” (Grifo, negrito e destaque nosso)

Assim é de fundamental importância que a Administração respeite o princípio aludido, eis que encontra-se intimamente ligado à isonomia perante os licitantes interessados. Esse fator assegura que os particulares sejam avaliados pelo atendimento à

necessidade administrativa, e não pelas características pessoais ou preferência da Administração.

O edital da licitação em epígrafe estabeleceu suas regras e não pode esta respeitável Administração fechar os olhos ao que nele fora determinado, pois a afronta a essas regras cria um impacto direto no tratamento isonômico, inerente as licitações, assim como a vinculação ao instrumento convocatório.

Destarte, inabilitar a RECORRIDA por regras não previstas no edital, como pretende a RECORRENTE, ofende os princípios mencionados assim como os termos do artigo 41 da Lei nº 8666/93, *ipsis litteris*:

**“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”** (GIII, grifo e negrito nosso)

Com sapiência, o grandioso mestre Hely Lopes Meirelles ensina:

**"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora."**

(in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39) (Grifo, negrito e destaque nosso)

Outrossim, Marçal Justen Filho leciona:

O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41

com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regra de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia."

(in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11º Ed, São Paulo: Dialética, 2005, p. 401).

O Egrégio Supremo Tribunal Federal manifestou-se sobre o assunto:

**"A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital [art. 37, XXI, da CB/88 e arts. 3º, 41 e 43, V da Lei n. 8666/93], sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto.**

(MS-AgR nº 24.555/DF, 1º T., rel. Min. Eros Grau, j. em 21.02.2006, DJ de 31.03.2006)" (Grifo e negrito nosso)

Portanto, não há razão, motivo ou circunstância que justifique acatar o pleito "absurdo" da RECORRENTE, eis que carecem de fundamentos conforme aqui exaustivamente demonstrado.

### **III. b) - Das Alegações da RECORRENTE PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA**

Em resumo aduz a Recorrente que:

1. Houve Irregularidade ao conceder o benefício do empate ficto por três vezes à RECORRIDA;
2. Irregularidades na execução do teste;

3. Irregularidades nos atestados de qualificação técnica;
4. Irregularidade na declaração de apoio fornecido pela COBHAM;
5. Defende que a PRINTSTEL deve ser habilitada.

Passamos então a aprofundar-se nos referidos tópicos:

Com relação ao primeiro tópico o qual aduz irregularidade ao conceder o benefício do empate ficto por três vezes à RECORRIDA, o tema já foi elucidado no tópico II desta exordial o qual de forma clara e luzente demonstra que não houve qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização do benefício legalmente previsto.

No que diz respeito a irregularidade na execução do teste a RECORRENTE coloca em xeque o Know-how da RECORRIDA, com meras suposições de que não houve o correto manuseio do equipamento e do sistema, lastreado no fato de que como a instalação foi feita provisoriamente o equipamento sofreria REBOOT o que segundo a RECORRENTE poderia ter sido evitado.

Máxima vênia, nobre Pregoeira, o corpo de funcionários da RECORRIDA possui vasta experiência comprovada nesse ramo, tendo mais de 30 anos de experiência acumulada, o suporte é composto por engenheiros experientes e todos certificados pela empresa Inmarsat e suas soluções. O Grupo Globalsat é líder de mercado possuindo milhares de linhas ativas do serviço móvel via satélite (que engloba soluções da Inmarsat BGAN e Iridium) na América Latina. Trata-se de uma empresa reconhecida pelos clientes, uma equipe de notória qualidade, sempre disponível, mesmo em situações críticas, como em casos de desastres naturais (terremotos, maremotos, etc), a RECORRIDA atua em conjunto com órgãos governamentais em operações de salvamento e resgate, cujo sistema de comunicação é fornecido pela Globalsat, destarte demonstrando ser referência em suporte desta natureza, em anexo (DOC V) carta de agradecimento da Marinha Chilena em um dos “cases” de sucesso da RECORRIDA.

No que tange ao processo do REBOOT, fora antecipado à equipe técnica da VALEC, conforme descrito no relatório de testes (itens 4 e 4.1.), que por tratar-se apenas de um teste de comunicação, os equipamentos seriam adaptados para serem conectados diretamente a tomada 12 Volts do rodoferroviário, assim tal instalação não causaria nenhuma implicação definitiva nas instalações elétricas do veículo, tornando viável realizar a instalação e remoção do equipamento de forma ágil, o que não interferiu em nenhuma conexão mais invasiva ao sistema elétrico do Rodoferroviário.

Nesta toada os responsáveis técnicos da VALEC concordaram previamente que os testes fossem realizados dessa forma, uma vez que não impactaria no resultado dos testes e possibilitaria uma instalação simplificada para a VALEC evitando que fossem feitas alterações na estrutura elétrica do veículo rodoferroviário, restando claro que a RECORRIDA não só detém conhecimentos técnicos suficientes como também preocupou-se em não prejudicar as atividades desta respeitável Administração.

Ainda com relação a irregularidade na execução do teste, apresentada pela RECORRENTE, esta pontua interrupções da comunicação nos quilômetros 1424 e 1427, que de fato ocorreram conforme demonstra o próprio relatório de teste, porém as interrupções constatadas pelo membro da VALEC, responsável pela aplicação do teste que avaliava solução, informou que o rodoferroviário estava passando por uma “área de corte”.

Ao utilizar a expressão “área de corte” a RECORRENTE, diga-se de passagem maliciosamente em suas razões recursais, primeiramente, tenta induzir esta respeitável Pregoeira ao entendimento de que não existe o termo, através das seguintes expressões:

“O que vem a ser área de corte?” (...)

“Poderia ser área onde não tem cobertura do satélite? Ou local onde existe uma densa mata ou floresta fechada que obstrua o sinal do BGAN? Logo de início podemos dizer que não pode ser falta de cobertura de satélite(...)

A RECORRENTE utiliza-se deste artifício para sustentar que foi uma “desculpa” da RECORRIDA para justificar alguma falha no equipamento.

Portanto, mister explicar a nobre Pregoeira que **“área de corte” é uma limitação de todo e qualquer sistema de comunicação via satélite.**

O que o membro da VALEC, responsável pela aplicação do teste, quis dizer como uma região de "corte" era que o veículo passava por uma região onde estruturas físicas como Árvores, edificações ou morros, por exemplo, estariam obstruindo o *footprint* do satélite, assim impossibilitando o equipamento instalado no veículo de ter visada para o satélite, algo que é absolutamente normal. A Inmarsat (detentora da rede de satélites que oferece o serviço BGAN) e a COBHAM (fabricante dos equipamentos testados na VALEC) pontuam a área de corte como principal fator para interromper a comunicação, inclusive, no próprio Manual de Instalação do Equipamento Cobham Explorer 325, documento anexo (DOC I), existem menções sobre as “áreas de corte”. A saber:

"Obstruções podem causar degradação do sinal." (Cap. 2, pág. 4 no Manual de Instalação do Equipamento Cobham Explorer 325).

Observa-se ainda que no documento Manual do Usuário do Equipamento Explorer 325, documento anexo (DOC II), novamente fica evidente a necessidade de o equipamento sempre ter uma visada sem obstruções ao satélite:

"Certifique-se que a antena tenha uma visão desimpedida em todas as direções." (pág. 129, sessão referente a solução de problemas, Manual do Usuário do Equipamento Explorer 325)

Deste modo, demonstrando que não houve nenhuma anormalidade ou falha no equipamento, aliás, qualquer profissional do ramo sabe que “área de corte” é um termo utilizado que descreve uma limitação de sistema de comunicação via satélite e ocorre em

qualquer equipamento desta natureza, tanto que não foi motivo para a RECORRIDA ser reprovada no teste *in casu*.

Seguindo ainda com relação à irregularidade na execução do teste, aduz a RECORRENTE que houve falha no KM 1468. Arditosamente, mais uma vez, tenda induzir a respeitável pregoeira que a RECORRIDA usa o REBOOT como desculpa para justificar falhas.

Ora! Nobre Pregoeira, em outras palavras a RECORRENTE não só ofende a integridade e a ilibada conduta da RECORRIDA mas também ofende esta respeitável e douta Administração, uma vez que a equipe responsável em realizar o teste era altamente especializada e teve conduta imparcial. O modo que a RECORRENTE se posiciona faz parecer que a averiguação do teste deu-se por amadores que não agiram dentro dos padrões técnicos e, principalmente, éticos inerentes a qualquer agente público no exercício da sua função.

A forma que a RECORRENTE utiliza para argumentar essas possíveis falhas dá-se a entender que houve uma verdadeira conspiração para que o teste fosse superado pela RECORRIDA, independentemente da qualidade dos equipamentos e da prestação dos serviços. Urge pontuar que os critérios de avaliação dos testes e a equipe responsável por aferi-lo foram os mesmos, tanto para RECORRENTE como para a RECORRIDA.

Isto posto, veja que a questão do REBOOT foi antecipadamente exposta aos membros responsáveis pela aferição do teste, todos os apontamentos estão claramente definidos no relatório da fase de teste da GLOBALSAT, todas as interrupções categoricamente pontuadas.

O início oficial dos testes foi as 10h:27min, entretanto o teste estava previsto para começar 10h:00min, por volta das 9h:50min o equipamento foi ligado e a equipe da VALEC coordenou emissão das licenças da ferrovia para o tráfego do rodoferroviário pela solução da RECORRIDA. Coincidindo portanto com a realização do primeiro reboot as 11h:53min. O segundo reboot realizado as 13h:40min, foi realizado de forma preventiva pelo Sr. Adriano Leite (Globalsat) que ao constatar que iria atingir as 2 horas, novamente, o Sr.

Adriano Leite, com a autorização do Sr. Flavio Franklin (membro da VALEC) reiniciou o equipamento, iniciando um novo ciclo.

Sendo assim, veja que não existiram falhas! O que nitidamente verificamos é uma argumentação infundada da RECORRENTE motivada, claramente, pela frustração de ter perdido a disputa cujo objetivo dá-se, única e exclusivamente, para tumultuar e prejudicar o andamento do certame.

O teste foi superado dentro de todas as regras estabelecidas no edital em gênero, número e grau, conforme aponta o resultado, restando inquestionável que o objeto do certame será atendido plenamente pela RECORRIDA.

Outro ponto suscitado pela RECORRENTE diz respeito a irregularidade nos atestados de qualificação técnica apresentados pela RECORRIDA. Importante demonstrar, com máxima vênia à Ilustre Pregoeira, o conceito e a real finalidade da Capacidade Técnica Operacional, eis que entendemos como um elemento crucial para a correta contratação pela Administração Pública, desde que obedeça os limites legais e não restritivos capazes macular o real interesse da Administração, uma vez que almejam satisfazer a finalidade, que o objeto se propõe, contratando a proposta mais vantajosa ao poder público.

Na definição de Marçal Justen Filho “A expressão “qualificação técnica” tem grande amplitude e significado. Em termos sumários, consiste no domínio de conhecimento e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado.”(Comentários à Lei de Licitações e Contratos. São Paulo: Dialética, 2004, p.383)

A rigor trata-se de uma exigência para comprovar experiência anterior do licitante, funciona como uma espécie de precaução, de segurança à Administração.

A exigência de qualificação técnica, portanto, deve ser suficiente para demonstrar que o licitante detém conhecimentos técnicos e práticos para a execução do objeto a ser contratado. Nem mais, nem menos!

Veja Nobre Pregoeira que o objetivo deste atestado é garantir que a Administração não contrate nenhum “aventureiro”, que poderá resultar em possíveis prejuízos caso não execute, ou execute de forma inadequada, pois a contratação de uma empresa que não tenha experiência trás consigo uma probabilidade maior de falha na execução pretendida.

Sendo assim, FRISAMOS que no caso em tela estamos diante de uma empresa integrante de um dos maiores grupos de telecomunicações móveis por satélite (Globalsat Group), uma empresa sólida no ramo de telecomunicações via satélite, o Grupo Globalsat foi pioneiro em oferecer soluções Inmarsat na América Latina, o que por si só já demonstra que não trata-se de nenhuma empresa aventureira, que irá trazer prejuízos a Administração Pública ou que não tenha experiência suficiente para executar o serviço em questão.

De forma sintética a recorrente alega que os atestados apresentados não preenchem o que foi solicitado no edital, que rezou:

## 22. HABILITAÇÃO TÉCNICA

22.1. A licitante deverá comprovar que está habilitada para exercer a atividade pertinente ao objeto da presente licitação. Essa exigência deverá ser atendida por meio da apresentação dos seguintes documentos:

22.2. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m), de modo indiscutível, a execução de objeto da mesma natureza ou similar a este Edital, conforme o art. 30 § 4º da Lei 8666/93.

22.3. Atestado de capacidade técnica que comprove a implantação de sistema de comunicação de voz entre um centro de controle e unidades descentralizadas ou unidades de campo em empresa de médio ou grande porte;

22.4. Atestado de capacidade técnica que comprove a utilização consolidada e a efetividade do sistema de comunicação por voz utilizando tecnologia via satélite e tecnologia via rede de telefonia móvel em empresa de médio ou grande porte;

O Atestado emitido pela Casa Militar do Governo do Estado do Amazonas, embora não especifique o modelo do equipamento, conforme exposto pela própria RECORRENTE, trata-se de um equipamento da família BGAN, sendo assim, claro que tal atestado é válido por ser de natureza similar a este edital.

A RECORRENTE, tenta fazer-se de desentendida e causar confusão, ao alegar que o atestado não teria validade, pela data de sua assinatura, contudo, na leitura do atestado, está descrito de forma clara “forneceu os materiais e prestou os serviços abaixo especificados em plena condições de uso, cumprindo com os prazos estabelecidos”, ou seja, a própria redação, demonstra que este é um fato ocorrido em tempo passado, não restando dúvidas de sua validade, no entanto, afim de demonstrar a total transparência de seus atos, segue em anexo os relatórios de faturamento dos serviços referentes aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2015 (DOC VI), e caso esta douta Administração deseje, realizar diligência afim de atestar que os serviços foram realizados durante todo o ano de 2015 a RECORRIDA coloca-se a inteira disposição.

No Atestado da CEMOPE, não há o que se discutir, é incabível acreditar que a RECORRENTE não teve capacidade mínima de compreensão, pois fica claro na leitura do texto que em momento algum a palavra “executou” foi utilizada. Veja que o atestado afirma em seu primeiro parágrafo que “forneceu os materiais e prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições de uso, cumprindo com os prazos estabelecidos” e em seu parágrafo segundo, descreve “Atestamos que tais fornecimentos e prestações de serviços estão sendo executado(a)s satisfatoriamente”, não podendo este ser mais claro e objetivo.

Com relação ao atestado fornecido para KOMATSU a questão já foi esclarecida no tópico **III. a)** desta exordial e demonstra-se compatível ao objeto do pregão.

Todos os atestados apresentados demonstram que a RECORRIDA possui experiência para execução do objeto licitado, o que a RECORRENTE espera desta respeitável

Administração é um posicionamento extremamente formalista e desconsiderador da real finalidade do procedimento licitatório, pois observe que todas as exigências realizadas pelo órgão licitante devem cumprir a seguinte regra estampada na Constituição Federal:

Art. 37...

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica INDISPENSÁVEIS à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, se não há imposição legal ou justificativa técnica que dê amparo ao pleito da RECORRENTE e esta interpretação equivocada afrontará o princípio da legalidade, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (Art. 5º, inc. II, da Constituição Federal).

Em suma, somente é admissível a exigência prevista pela Lei e que seja indispensável para garantir a execução do objeto, o que significa dizer que qualquer exigência que extrapole o limite definido pela Constituição Federal deverá ser rechaçada, uma vez que, injustificadamente, frustrará a competição, impedindo a participação de muitas pessoas capazes de executar o objeto, ato que também afrontaria o seguinte dispositivo da Lei 8.666/1993. Vejamos:

Art. 3º...

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam

preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Nesta esteira, não se olvide que a realização de exigência desarrazoada será inconstitucional com a finalidade da licitação que, de acordo com a Lei 8.666/1993, destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Sobre este tema, ensina Maria Sylvia Zanella Di Pietro que:

“O objetivo primeiro da licitação é selecionar a melhor proposta. Tirar da Administração essa possibilidade é revestir o procedimento de um rigor desnecessário (...)” (Temas Polêmicos Sobre Licitações e Contratos”, 5ª edição, Malheiro Editores, pág. 223 /24)

Nesse sentido, nossa jurisprudência:

“Visa à concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem, para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes aos seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorosismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorosismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório”. (TJRGS – RDP 14, pág. 240).

Poder Judiciário já reconheceu que:

“O princípio da vinculação ao edital não pode ser interpretado de forma tão rigorosa a ponto de sobrepor-se ao objetivo da licitação e ao interesse público. As eventuais irregularidades formais constatadas não se mostraram prejudiciais aos outros participantes do certame, e, ainda, não constituíram ofensa ao princípio da igualdade e isonomia”. (TRF. 4ª Região. 3ª Turma.

MAS nº 11.700-0/PR. DJU 03 abr. 2002. Revista Fórum Administrativo – Direito Público. Vol. 16. ano 2. jun. 2002).

Nesse ponto, defende com brilhantismo o ilustre mestre de Marçal Justen Filho. Vejamos.

No entanto, qualquer exigência no tocante à experiência anterior, especialmente quando envolver quantitativos mínimos ou restrições similares, dependerá da determinação prévia e explícita por parte da Administração das parcelas de maior relevância e valor significativo. Assim está determinado no § 2º do art. 30.

Tal determinação destina-se a assegurar o vínculo de pertinência entre a exigência de experiência anterior e o objeto licitado. A essência da questão reside em que a comprovação de experiência anterior como requisito de habilitação não se justifica por si só. Trata-se de condicionamento de natureza instrumental, destinado a restringir a participação no certame aos sujeitos que detenham condições de executar o objeto licitado. Assim, a comprovação da experiência anterior fundamenta a presunção de que o sujeito dispõe de conhecimento e habilidade técnico-empresariais para executar satisfatoriamente a futura contratação.

Ora, essa concepção apenas pode ser aplicada se a experiência anterior exigida do sujeito envolve os aspectos problemáticos, diferenciados, complexos de que se revista o objeto licitado. Isso produz duas ordens de efeitos distintos.

Em primeiro lugar, não há cabimento em impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto licitado. Parece evidente que o sujeito que executou obra ou serviço idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado. Mas também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio da execução de obras ou serviços similares, ainda que não idênticos. Em outras palavras, a Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto

exatamente idêntico àquele licitado — a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto.

Daí se segue que a Administração deverá identificar os aspectos mais complexos e diferenciados do objeto licitado, para efeito de exigência da experiência anterior. É evidente que não teria cabimento subordinar a participação à comprovação da execução de atividade secundária ou irrelevante que o objeto licitado apresente.

Um exemplo permite compreender o raciocínio. Suponha-se que o projeto executivo preveja que o edifício objeto da licitação será pintado na cor verde. Seria um despropósito, em princípio, que fosse exigida comprovação de experiência anterior na execução de um edifício de mesma cor. Assim se põe por várias razões. Em primeiro lugar, a cor do edifício é uma característica secundária e irrelevante. Em segundo lugar, a experiência anterior no tocante à cor do edifício não autoriza presunção de que o sujeito disporá de condições de conhecimento e habilidade para executar o objeto licitado. Em terceiro lugar, a exigência poderá excluir do certame sujeitos que tenham executado precisamente o mesmo objeto anteriormente, mas com cor diferente. Ou seja, a exigência cumprirá função precisamente oposta àquela que lhe foi reservada normativamente. Não apenas não restringirá a participação aos sujeitos titulares de qualificação para executar o objeto como propiciará o afastamento daqueles que deveriam ser admitidos ao certame.

Por isso tudo, é indispensável que a Administração identifique, no objeto licitado, os aspectos mais complexos e as características que o tornam diferenciado. Não há modo de estabelecer uma solução normativa abstrata definidora daquilo que deverá ser considerado pela Administração, precisamente porque o mundo real comporta variações muito intensas. Em alguns casos, trata-se de dimensão física da obra. Em outros, envolve o prazo máximo para a execução. Há casos em que a questão se relaciona com a complexidade tecnológica do objeto. Existem situações diferenciadas em função do local a ser executada a obra ou serviço. Seria cansativo elencar todos os fatores pertinentes, além de propiciar o risco de incompletude na exposição.

O que se exige, no entanto, é que a identificação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo sejam explicitamente indicadas pela Administração, de modo motivado. Essa motivação, tal como exposto, comporta pleno controle externo, especialmente para verificar os efeitos nocivos à competição.

Em princípio, a eleição equivocada de uma parcela de maior relevância técnica e valor significativo pode ser irrelevante. Suponha-se o caso em que a Administração escolhe um aspecto que é inerente ao exercício de qualquer obra ou serviço versando sobre um certo objeto. O equívoco não produz prejuízo, ainda que se configure uma exigência inútil. A ausência de prejuízo derivará de que a exigência não importará exclusão do certame de potenciais interessados.

No entanto, será muito distinta a situação quando a Administração escolher como parcelas de maior relevância técnica e valor significativo tópicos especializados que acarretarão a redução do universo de disputa. Assim, imagine-se a hipótese da contratação de uma obra num aeroporto em que se exija experiência anterior na implantação de uma escada rolante. É evidente que existem escadas rolantes em um aeroporto, mas também é inquestionável que, como regra, a complexidade da obra não reside nessa questão.

A Lei alude a parcela de maior relevância técnica e de valor significativo. Não se trata de requisitos cumulativos, mas é mais evidente a configuração da hipótese quando tal cumulação ocorre. Quando não ocorrer, caberá à Administração justificar a razão da escolha, apontando motivos de ordem técnica que conduzem à necessidade da escolha realizada.

A partir da seleção das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, torna-se cabível que a Administração explicita as exigências de experiência anterior que serão impostas. Significa que será inválido exigir experiência anterior sem identificar as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo? A resposta é positiva, tal como se evidencia da redação do § 2º, do art. 30. Assim se passa porque, se a Administração

ignorar os aspectos de maior relevância técnica e de valor significativo, não disporá de condições lógicas para delinear os requisitos de experiência anterior. (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014, ps. 590 a 592.)

Nesse Sentido, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA definiu que:

“A melhor inteligência da norma ínsita no art. 30, § 1º, I (parte final), da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis” (REsp 466.286/SP, 2ª T., rel. Min. João Otávio de Noronha, j. em 07.10.2003, DJ de 20.10.2003).

Com essa fundamentação, concluímos o raciocínio de que ao licitar, o órgão público poderá exigir das licitantes, sobretudo em matéria de capacidade técnica, apenas aquilo que for indispensável para garantir a execução do objeto, deste modo o que foi apresentado pela RECORRIDA demonstra que a mesma detém experiência suficiente para atender o objeto da presente licitação. Portanto, foi acertadamente aceito por esta nobre Pregoeira que habilitou a RECORRIDA, não incorrendo em qualquer ilegalidade no *decisum*.

Com relação a Declaração de Apoio emitida pela empresa COBHAM: Assim como a RECORRENTE TESACOM DO BRASIL COMUMINCAÇÕES LTDA a RECORRENTE PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA de forma ardil e caluniosa, também, coloca em xeque a veracidade do documento ao tentar induzir a nobre Pregoeira a acreditar que a DECLARAÇÃO DE APOIO é falsa ou que trata-se de um documento sem validade. Entretanto, não entraremos novamente mérito pois o assunto já foi amplamente discutido no tópico **“III. a.”** desta exordial, onde demonstramos a veracidade do documento, a ser constado pela nobre Pregoeira nos documentos anexados (DOC III e DOC IV), os quais comprovam que o o Sr. Jesús Valentín Alegria tem plenos poderes para responder perante os parceiros brasileiros da COBHAM SATCOM. Destarte desconfigurando as alegações caluniosas desta RECORRENTE.

Por outro giro defende que a RECORRENTE que ela deve ser habilitada, em suas razões recursais faz o seguinte questionamento “PORQUE DAR CONTINUIDADE À HABILITAÇÃO DA PRINTSTEL?”

Com todo respeito a RECORRENTE, a Pregoeira e a equipe de apoio nos parece ilógico habilitar uma empresa que não atingiu os critérios exigidos no instrumento convocatório na realização de testes, isto porque demonstra uma ineficiência com relação ao objeto pretendido e resultaria numa ilegalidade do processo licitatório tornando-o passível de anulação.

A respeito dos testes da Printstel, é necessário se apoiar nos fatos e ocorridos. Os fatos são que houveram 21 tentativas, onde 3 delas falharam. Ou seja 14,29% foi a porcentagem de erro da empresa Printstel, considerando que das 21 tentativas (que representa 100% dos testes) 3 falharam (que representa aproximadamente 14,29%).

Mesmo que fosse fazer uma projeção do índice da solução, o correto da projeção seria assumir que a cada 21 tentativas, haveriam 3 falhas, ou proporcionalmente a cada 7 tentativas teria 1 falha. Ao total de 100 tentativas, de acordo com a projeção adequada, teríamos aproximadamente 14 falhas, totalizando assim, um erro superior a 1.300% (hum mil e trezentos por cento), pois o permitido era de 1 falha e a projeção mostra para 14 falhas.

A RECORRENTE aduz ainda que as 2 (duas) primeiras falhas não deveriam ser contabilizadas, pois enfrentaram problemas de rede, entretanto a compatibilização da solução com a rede da VALEC era responsabilidade da RECORRENTE e mais o relatório do resultado do teste deixa claro que os problemas enfrentados decorreram pelo fato do equipamento da RECORRENTE conter softwares maliciosos, o relatório em vários momentos aponta a ação de "UltronsTrojan", de acordo com a Kaspersky Lab, uma das empresas mais renomadas na fabricação de softwares antivírus, "Os Trojans são programas maliciosos que executam ações não autorizadas pelo utilizador. Estas ações podem incluir eliminação de dados, bloqueio de dados, modificação de dados, cópia de dados e perturbação

do desempenho de computadores ou redes informáticas". **Em outras palavras a solução apresentada pela empresa RECORRENTE colocou em risco toda a rede da VALEC e as informações ali trafegadas!** O Superintendente de TI da VALEC, foi claro ao salientar e apresentar relatórios concisos de que havia software mal intencionado (malware) no computador da PRINTSTEL, com máxima vênua nobre Pregoeira os danos poderiam ser irreversíveis a esta douda Administração!

Vale ressaltar que conforme relatório emitido, dos testes realizados, o software travou suscetivamente, o relatório aponta ocorrência as 14h:36min, depois novamente 14h:51min e cada vez que o software travava demoravam vários minutos para a retomada, neste intervalo de tempo o CCO ficava incomunicável.

Diante do que foi aclarado, a soma de todos esses fatores mostram porque a RECORRENTE não logrou êxito no teste, portanto inadmissível reverter a decisão por ela defendida.

Ainda sobre a realização dos testes a RECORRENTE aponta como prejudicial o atraso do representante da RECORRIDA (GLOBALSAT), ao redigir nos seguintes termos em suas razões Recursais:

“cabe registrar que a empresa GLOBALSAT (participante do pregão e interessada em acompanhar o teste) enviou representantes em ambos os locais envolvidos na realização dos testes, porém seu técnico apenas se apresentou em campo as 13:07h, ensejando o retorno do veículo rodoferroviário ao ponto de partida para seu embarque. Item 4 Dessa forma, os testes foram reiniciados” .

Na administração processual prazo e tempos são essenciais para a lisura do certame, para que todos sejam tratados igualitariamente, o que o relatório demonstra é que a VALEC priorizou a presença da GLOBALSAT nos testes, quebrando o princípio de isonomia (os méritos iguais devem ser tratados de modo igual, e as situações desiguais, desigualmente, já que não deve haver distinção de classe, grau ou poder econômico entre os homens), visto que o recorrente, cumpriu rigorosamente os prazos. Se o participante

queria estar no teste, teria que ter respeitado o horário. Numa rápida leitura nem parece ser nada, um atraso de 7 minutos, voltando o veículo, embarcando o interessado e voltando para o ponto que parou, gastou-se 20 minutos, ou seja, o teste efetivamente começou às 13:27, portanto podemos considerar um atraso de meia hora. (a VALEC não poderia ter embarcado o representante)”

Isto posto, com máxima vênia, nobre pregoeira a RECORRENTE defende uma linha de raciocínio que não faz nenhum sentido, alega que foi ferido o Princípio da Isonomia, pois bem inexistente dispositivo na Lei nº 10.520/02 ou na Lei nº 8.666/93 que regulamenta a exigência de amostra/teste do objeto a ser contratado, porém devido à constante utilização, tornou-se parte do sistema das compras governamentais. Sendo assim, é possível a exigência de apresentação de amostras/testes, entretanto, a avaliação (ou análise) sensorial de amostras/testes pressupõe a fixação de critérios de aceitabilidade de julgamento, necessariamente objetivos.

Nesta toada, não houve qualquer regramento estabelecendo o horário de início no edital, assim em obediência ao princípio da Legalidade “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (Art. 5º, inc. II, da Constituição Federal).

Apesar de ter havido um pequeno atraso para o início dos testes, esse atraso não impactou na execução dos testes. A própria VALEC, no instrumento convocatório do teste informou que o horário previsto era às 13h:00min, tratando portanto de um horário estimado. Se formos falar sobre Isonomia vale lembrar que teste da GLOBALSAT também teve um atraso de 27 minutos (maior inclusive que o atraso no teste da PRINTSTEL) em detrimento da liberação da ferrovia para o Rodoferroviário usado nos testes, nem por isso houve impacto para que lograsse êxito no teste, pois **o fato do mesmo ter começado alguns minutos mais tarde, não impacta de forma alguma no funcionamento da solução.**

Ademais propiciar a participação de interessados no período de teste é de suma importância, eis que contribuí para a lisura do procedimento e amplia a publicidade dos atos administrativos. O próprio Tribunal de Contas da União orienta a ampla Publicidade. Veja:

(...)

91.Considerando a possibilidade, quando necessário, de previsão da avaliação de amostras, reputa-se interessante comentar algumas diretrizes que **o instrumento convocatório deve prever para se assegurar os princípios da publicidade**, do julgamento objetivo, da isonomia e segurança jurídica.

(...)

**A possibilidade e a forma de participação dos interessados, inclusive dos demais licitantes, no acompanhamento do procedimento de avaliação da amostra.**

96.**Em atendimento ao princípio da publicidade,estampado no art. 37,caput, da Constituição da República, deve-se prever e franquear a presença de quaisquer interessados, inclusive dos demais licitantes, na sessão de realização do procedimento da avaliação de amostras, seguindo os princípios da sessão pública para recebimento de propostas.Tal previsão vem dar cumprimento ao disposto na parte final do caput do art. 4º, da Lei nº 8.666/1993**, que prevê especificamente a possibilidade de qualquer cidadão acompanhar o desenvolvimento da licitação, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

97. Recomenda-se que as condições de presença e eventual participação dos demais licitantes sejam regulamentadas também no instrumento convocatório, para que o procedimento não seja perturbado pela participação inadequada de terceiros (também sujeitos a sanções) e, ao mesmo tempo,a transparência do procedimento não reste prejudicada.

(...)

(Nota Técnica nº 04/2009 – Sefti/TCU – versão 1.0) (Grifo, Negrito e Destaque nosso)

Corroborando trazemos à baila o valioso ensinamento do saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

**"Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos.** Daí por que as leis, atos e contratos administrativos que produzem consequências jurídicas fora dos órgãos que os emitem **exigem publicidade para adquirirem validade universal, isto é, perante as partes e terceiros.**" (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros, 32ª edição, 2006, pág. 94) (Grifo, nerito e destaque nosso)

É no princípio da Publicidade que observamos que a Administração Pública tem a obrigação de manter plena transparência nas suas atitudes e decisões, tanto por parte da Administração como dos seus agentes, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

Portanto, diante dos argumentos expostos e à luz do ordenamento jurídico pátrio, bem como princípios balizadores da ciência jurídica resta evidenciado que as pretensões da RECORRENTE não devem ser acolhidas por esta respeitável Administração que, até o momento, agiu coerentemente ao habilitar a RECORRIDA e inabilitar a RECORRENTE.

### **III. c) Da Sanção Administrativa por Ensejar Retardamento ou a Execução do Certame**

É cediço que os licitantes que agem maliciosamente, com objetivo de tumultuar, atrapalhar, ensejar retardamento ou a execução do certame, estão sujeitos penalidades. Nesta esteira preconiza o artigo 14 do Decreto nº 3.555 de 2.000:

"Art. 14. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido

o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade."

A Lei de Licitações nº 8666/93, assim estabelece:

Art. 93. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Com isso, esperamos que a esta respeitável Administração atue com o rigor necessário, no intuito de esclarecer os pontos aqui defendidos e penalizar as RECORRENTES caso reste comprovado que agiram com claro intuito de tumultuar o certame. Até porque as sanções administrativas possuem não somente caráter repressivo mas também pedagógico, servindo de punição e exemplo ao licitante infrator e demais que possam vir a utilizar este tipo de conduta perante à Administração Pública.

### **III – DO PEDIDO**

Em que preze o zelo e o empenho desta digníssima Pregoeira e sua Equipe de Apoio, respeitando todos os princípios citados e em especial a Supremacia do Poder Público, entendemos, com toda vênias, que o julgamento da fase de habilitação do Pregão não precisa ser reformado, conforme exaustivamente demonstrado.

E diante de todo exposto, requer-se:

a) Seja acolhida as contrarrazões para fins de julgar totalmente improcedente os recursos apresentados pelas RECORRENTES, mantendo a decisão de habilitar a RECORRIDA, cuja documentação apresentada e teste realizado guardam estrita conformidade ao que foi exigido no edital;

b) Penalização das RECORRENTES caso reste comprovado, por esta respeitável Administração, que as mesmas agiram no intuito de tumultuar o certame; e

C) que esta contrarrazão seja recebida por e-mail, além da sua inserção no portal de compras do Governo Federal (Comprasnet), visando a devida tutela do contraditório e ampla defesa, uma vez que o portal não aceita anexação do documentos que instruem a exordial.

Nestes Termos Pede-se  
Bom Senso, Legalidade e Deferimento.

Londrina, 30 de dezembro de 2015

### **DOCUMENTOS ANEXOS**

**DOC I** – Manual de instalação do equipamento Cobham

**DOC II** – Manual do usuário do equipamento explorer 325

**DOC III** – Declaration of employment

**DOC IV** – Declaração Jesus Funcionário da CDB

**DOC V** - Carta de agradecimento da Marinha Chilena

**DOC VI** - Relatórios de faturamento dos serviços referentes aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2015